



III. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS E ACTIVIDADES, DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS, DA QUALIFICAÇÃO DA FREQUÊNCIA DOS RISCOS, DAS MEDIDAS E DOS RESPONSÁVEIS.



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
Município	Executivo	Apoiar o Desenvolvimento no Concelho das várias áreas da sua competência previstas na Lei	<ul style="list-style-type: none"> - Educação; - Património, Cultura e Ciência; - Tempos Livres e Desporto; - Saúde; - Acção Social; - Habitação; - Protecção Civil; - Urbanismo. 	- Inexistência de instrumento, geral e abstracto, que estabeleça as regras de atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.);	Frequente	- Aprovação de regulamentos municipais relativos à concessão de benefícios, que estabeleça os procedimentos e os critérios de atribuição;	Presidente em todas as áreas e vereadores de acordo com os respectivos pelouros
				- Atribuição de subsídio por órgão singular;	Pouco Frequente	- Publicitação do regulamento, nomeadamente no sítio do município na internet;	
				- Existência de situações indiciadoras de conluio entre os intervenientes no processo;	Inexistente	- Implementação de sistema de gestão documental que evidencie que o beneficiário cumpre todas as normas legais aplicáveis;	
				- Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário;	Inexistente	- Exigência de declarações de interesses;	
				- Existência de impedimentos, com a participação de eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias;	Inexistente	- Uniformização e consolidação da informação relativa a todas as pessoas e a todas as entidades beneficiárias;	
				- Não apresentação, por parte dos beneficiários, de instrumento que garanta a aplicação regular do benefício (contrato, protocolo, etc.);	Frequente	- Apreciação de todas as solicitações no mesmo acto decisório;	
				- Não apresentação, pelos beneficiários, dos relatórios das actividades;	Frequente	- Publicitação da atribuição dos benefícios, nomeadamente no sítio do município na internet, bem como de toda a informação sobre as entidades beneficiárias;	
				- Ausência de mecanismos de publicitação.	Pouco Frequente	- Verificação/apreciação do compromisso assumido pela entidade beneficiária;	
		- Não aplicação de “sanções” quando há incumprimento ou cumprimento defeituoso por parte do beneficiário;	Muito Frequente	- Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo por um determinado beneficiário;			



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
						- Estabelecimento de consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário, nomeadamente a devolução da quantia entregue ou do benefício recebido;	
Presidência	Gabinete Jurídico						
		Prestação de Apoio Jurídico	- Elaboração de processos de contra-ordenação	- Falta de imparcialidade; - Existência de favoritismo injustificado; - Inexistência de um processo, cronologicamente organizado; - Não aplicação de coimas quando há incumprimento;	Pouco frequente	- Nos casos de impedimentos e de escusa; - Não deve haver intervenção no procedimento; - Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo;	Presidente
			- Elaboração de processos disciplinares	- Falta de imparcialidade; - Existência de favoritismo injustificado;	Pouco frequente	- Nos casos de impedimento e escusa; - Não intervenção no procedimento; - Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo;	
			- Elaboração de pareceres/ Informações	- Falta de imparcialidade; - Acumulação de funções privadas	Pouco frequente	- Nos casos de impedimento e de escusa - Não deve haver intervenção no procedimento; - Averiguação regular da Acumulação de funções;	
DAGF - Departamento de Administração Geral e Finanças	DAG - Divisão de Administração Geral	Fiscalização				Fiscalização	
		Promover no âmbito de Fiscalização Municipal, o cumprimento das posturas e regulamentos	- Fiscalizar o cumprimento das posturas e regulamentos do município, bem como da legislação vigente aplicável no âmbito da	Falta de Imparcialidade ou isenção na avaliação objectiva dos processos;	Frequente	- Reforçar os recursos humanos na área da fiscalização; Introduzir sistemas de rotatividade na intervenção da fiscalização; - Promover a elaboração e apresentação de relatórios de análise e avaliação; - Desenvolver mecanismos de	Presidente; Lucinda Simões
				Incumprimento da legislação, das posturas e dos regulamentos	Frequente		



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
		do Município	intervenção do Município - Providenciar pela actualidade e exequibilidade das disposições regulamentares em vigor que caibam nas competências dos Órgãos do Município - Afixar e distribuir avisos, anúncios e editais - Efectuar as citações e notificações, inclusive as relativas aos processos abrangidos pelo regime jurídico da urbanização e da edificação, na falta de fiscal do Gabinete de Fiscalização e Orçamento; - Proceder ao levantamento de autos de notícia e ao seu encaminhamento, bem como coadjuvar na instrução dos processos de contra-ordenação e proceder às demais diligências decorrentes dos	Aliciação aos fiscais municipais Não comunicação pelos fiscais de situações de incumprimento	Inexistente Frequente	acompanhamento e tratamento das reclamações apresentadas; - Introduzir mecanismos de divulgação de legislação, posturas e regulamentos;	Presidente; Lucinda Simões



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
			processos de contra-ordenação - Prestar informações sobre situações de facto, com vista à instrução de processos municipais				
			- Incumbe em geral ao Sector de Recursos Humanos, proceder à administração dos recursos humanos distribuídos pelos diferentes Serviços da Câmara, propor critérios de recrutamento e selecção, ao incremento dos índices de eficiência e qualidade na prestação de serviços aos munícipes, através, designadamente, de uma adequada utilização dos instrumentos de mobilidade dos trabalhadores, bem	Recursos Humanos		Recursos Humanos	
				- Inexistência de regulamento na área do Recrutamento	Muito Frequente	- Elaboração de Regulamento com critérios de selecção bem definidos que permita que a fundamentação das decisões de contratar sejam facilmente perceptíveis. - Divulgação do mesmo.	Presidente; Lucinda Simões;
				- Inexistência de Regulamento com regras de actuação e de rotatividade dos júris do procedimento concursal	Frequente	- Elaboração de regulamento que contenha mecanismos de rotatividade dos membros do júri dos procedimentos concursais e critérios de avaliação dos candidatos que suportem de forma clara as suas decisões; e divulgação do mesmo	
				- Não disponibilização aos interessados, de mecanismos de acesso facilitado e célere a informação procedimental relativa aos procedimentos de selecção ou de avaliação de pessoal, por parte dos interessados	Frequente	- Disponibilização, através das novas tecnologias de informação, de toda a informação de carácter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos	Presidente; Lucinda Simões



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
			como promover os estudos necessários à gestão previsional dos efectivos, elaborar o balanço social e executar medidas com vista à permanente formação e valorização profissionais, à melhoria das condições de trabalho e de apoio social.	- Recurso frequente a trabalho extraordinário e a contratações a termo resolutivo para suprir necessidades permanentes dos serviços	Muito Frequente	- Efectuar avaliação das situações, diagnóstico das necessidades e elaborar orientações para não utilizar estas figuras como recurso ao suprimento de necessidades permanentes.	Presidente; Lucinda Simões
				- Deficitária Gestão das Reclamações	Muito Frequente	- Levantamento periódico das reclamações e elaboração de critérios bem definidos para análise das mesmas e devida fundamentação legal da decisão. Assegurar o encaminhamento legal das mesmas	
				- Inexistência ou insuficiência de definição de mecanismos excepcionais de promoção	Inexistente	- Elaboração de documento com criação de critérios e requisitos bem definidos que viabilizem a promoção excepcional devidamente fundamentada	
				- Inexistência de Regulamento para aplicação da ponderação curricular no âmbito do SIADAP	Muito Frequente	- Elaboração de Regulamento com definição de critérios a aplicar na ponderação curricular	Presidente; Lucinda Simões
				- Não intervenção no processo de Avaliação de órgão colegial	Inexistente	- Despoletar o processo para eleição do órgão colegial e representantes dos trabalhadores	Presidente; Lucinda Simões
				- Deficiente controlo dos compromissos assumidos em termos de despesas com o pessoal e das dotações orçamentais disponíveis	Frequente	- Maior responsabilização pelo cumprimento das normas financeiras	
DAGF - Departamento	DF - Divisão			Contabilidade e Tesouraria		Contabilidade e Tesouraria	



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
de Administração Geral e Finanças	Financeira	Garantir o equilíbrio financeiro da autarquia e zelar pela salvaguarda e boa gestão dos seus activos patrimoniais.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a execução de todas as tarefas que se insiram nos domínios financeiro, contabilístico e patrimonial, de acordo com as disposições legais aplicáveis e critérios de uma boa gestão; - Garantir a evolução e a actualização contínua do sistema contabilístico, seus métodos, regras e registos, de forma a garantir a informação financeira fiável e credível; - Garantir a actualização e o acompanhamento do sistema de controlo interno, no respeitante à área de actuação da Divisão - Participar na elaboração dos documentos previsionais e acompanhar a sua 	- Possibilidade de erros contabilização na arrecadação da receita;	Pouco Frequente	<ul style="list-style-type: none"> - Observar o estritamente previsto no POCAL e legislação complementar, bem como efectuar uma monitorização dos procedimentos; - Rotatividade de Funções 	Presidente; Lucinda Simões
				- Utilização, de forma deliberada, de princípios contabilísticos diferentes que distorce a imagem da situação financeira;	Inexistente	- Cumprimento dos Princípios Contabilísticos	
				- Discricionariedade no que toca aos pagamentos a fornecedores e outros credores;	Frequente	- Definir regras para pagamentos e efectuar os respectivos planos de pagamento.	
				- Existência de situações em que os fornecedores/credores não juntam todos os documentos necessários ao pagamento a que têm direito, nomeadamente, certidões comprovativas de não dívida ao Instituto de Segurança Social e ao Serviço de Finanças;	Pouco Frequente	- Verificação constante e actualizada, através dos meios disponíveis informaticamente, das situações em falta.	
				- Assunção de despesas sem prévio cabimento na respectiva dotação orçamental;	Muito Frequente	<ul style="list-style-type: none"> - Observar o estritamente previsto no POCAL e legislação complementar, bem como efectuar uma monitorização dos procedimentos; - Actualização e aperfeiçoamento das Normas de Controlo Interno (NCI) 	
		- Classificações incorrectas que originam demonstrações financeiras que espelham uma imagem menos correcta da situação financeira;	Pouco Frequente	<ul style="list-style-type: none"> - Observar o estritamente previsto no POCAL e legislação complementar, bem como efectuar uma monitorização dos procedimentos; - Rotatividade de Funções; - Melhor Especificação das Requisições 			



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
			<p>execução;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação de um sistema de informação analítica para apurar e controlar os custos, identificar desvios e fluxos de custos; - Participar na elaboração da Prestação de Contas e assegurar os procedimentos de encerramento anual. - Procedimentos para aquisição ou locação de bens e serviços; - Assegurar, gerir e monitorizar bens correntes; - Protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesias/Programas de apoio ao Associativismo; Controlo de stock em armazém (definição de stocks mínimos de 	<ul style="list-style-type: none"> - Risco de corrupção com peculato e peculato de uso a nível da tesouraria e de fundos de maneo; <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Pagamento de despesas previamente à obtenção de visto do TC ou após comunicação de recusa do mesmo. <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Deficiente controlo dos compromissos assumidos e das dotações orçamentais disponíveis <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Custo não devidamente identificados com os respectivos centros de custos 	<p>Inexistente</p> <hr/> <p>Inexistente</p> <hr/> <p>Frequente</p> <hr/> <p>Frequente</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Registo e controlo de Fundos de Maneo e Balanços à Tesouraria, de acordo com o estabelecido no POCAL; - Segregação de Funções <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Cumprir com o disposto na Lei Orgânica do TC ou outra legislação complementar. Efectuar Monitorização. <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Efectuar o controlo e análise da execução dos documentos previsionais da despesa com regularidade <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação da Contabilidade de Custo, com a definição dos Centros de Custos para imputação dos mesmos 	<p>Presidente; Lucinda Simões</p>



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
			segurança, estimativas e monitorização de consumos, comunicação de necessidades de aquisição): - Cadastro e inventário de bens (Património); - Tesouraria. Organizar os processos relativos a empréstimos que seja necessário contrair, bem como os que se refiram às respectivas amortizações Acompanhar a evolução do Limite de Endividamento Líquido Municipal, o Limite Geral de Empréstimos e Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores				Presidente; Lucinda Simões
		Garantir o equilíbrio financeiro da autarquia e zelar pela salvaguarda e boa gestão dos seus activos patrimoniais	Proceder à identificação, registo e controlo de todos os bens móveis e imóveis do Município, e manter actualizado o inventário e cadastro dos bens	Património		Património	
				- Equipamento não etiquetado (por não estar inventariado ou a etiqueta ter sido removida) - Mudanças de Locais Físicos dos Bens sem conhecimento do Serviço de Património	Frequente Muito Frequente	- Reconciliação dos registos contabilísticos com os registos do inventário e conferências físicas para verificar se os bens estão inventariados; - Respeitar os regulamentos existentes, nomeadamente o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal;	Presidente; Lucinda Simões



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
						- Observar o estritamente previsto no POCAL e legislação complementar; - Observar o estreitamente previsto nas NCI; Responsabilização pessoal dos bens à sua guarda/ utilização	
		Aprovisionamento				Aprovisionamento	
		Garantir o equilíbrio financeiro da autarquia e zelar pela salvaguarda e boa gestão dos seus activos patrimoniais	Planeamento da Contratação	- Inexistência de Centralização de Compras e competente Armazém	Muito Frequente	- Criação de Armazém e controlo eficaz do mesmo, com vista à aquisição centralizada de compras	Presidente; Lucinda Simões
				- Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Frequente	- Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades	
				- Tratamento deficiente das estimativas de custos	Frequente	- Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores	
				- Planeamento deficiente dos procedimentos, obstando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Frequente	- Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, com todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes	
				- Indefinição das responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo, nas diversas fases	Frequente	- Definição prévia das responsabilidades de cada um dos intervenientes, nos processos de aquisição de bens e serviços	
				- Inexistência ou existência deficiente de estudos adequados para efeitos de elaboração dos projectos	Frequente	- Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários	
				- Inexistência de cabimentação prévia da despesa	Muito Frequente	- Planificação atempada das necessidades de aquisições de bens e serviços	



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
				- Não conformidade com o disposto no CCP - Código dos Contratos Públicos	Pouco Frequente	- Disponibilização, através das novas tecnologias de informação, de toda a informação de carácter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos	Presidente; Lucinda Simões
			Procedimentos pré-contratuais	- Selecção e contratação dos especialistas externos por ajuste directo	Frequente	- Assunção do procedimento do concurso público como procedimento regra para a contratação de especialistas externos	
				- Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Frequente	- Não designação dos mesmos elementos, de forma reiterada, para os júris	
				- Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste directo, quando baseado em critérios materiais	Inexistente	- Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que no caso em que se adopte o ajuste directo com base em critérios materiais, os mesmos são rigorosamente justificados baseando-se em dados objectivos e devidamente documentados; - Que no caso em que se adopte o ajuste directo com base em critérios materiais os mesmos são rigorosamente justificados baseando-se em dados objectivos e devidamente documentados	
				- Não verificação da competência para autorizar a abertura do procedimento	Inexistente	- Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que a entidade que autorizou a abertura do procedimento dispõe de competência para o efeito	
				- Não conformidade do procedimento escolhido com a legalidade	Pouco Frequente	- Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o procedimento escolhido se encontra em conformidade com os preceitos legais	



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
				- Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objecto do contrato a celebrar	Inexistente	- Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objecto do contrato a celebrar	Presidente; Lucinda Simões
				- Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais	Inexistente	- Que os requisitos fixados não determinam o afastamento de grande parte dos potenciais concorrentes, mediante a imposição de condições inusuais ou demasiado exigentes e/ou restritivas; e que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias	
				- Carácter subjectivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis	Pouco Frequente	- Que o modelo de avaliação das propostas tem um carácter objectivo e baseiam-se em dados quantificáveis e comparáveis	
				- Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos factores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis	Pouco Frequente	- Que os critérios de adjudicação, factores e subfactores de avaliação das propostas vêm enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respectivo programa do procedimento ou do convite	
				Avaliação tendenciosa de propostas	Inexistente	- Que a escolha dos critérios, factores e subfactores de avaliação das propostas, assim como a sua ponderação relativa, adequam-se à natureza e aos objectivos específicos de cada aquisição em concreto; e - Que os referidos critérios e o modelo de avaliação são definidos no caderno de encargos e portanto delimitados antes de conhecidos os concorrentes;	



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
				- Controlo deficiente dos prazos	Inexistente	- Verificação que as propostas foram apresentadas dentro do prazo fixado	Presidente; Lucinda Simões
				- Admissão nos procedimentos de entidades com impedimentos	Inexistente	- Que não se verificam situações de impedimento na composição do “júris de procedimento”; e que os concorrentes não estão impedidos de participar nos procedimentos	
				- Não audição dos concorrentes sobre o relatório preliminar/decisão de adjudicação	Inexistente	- Que os concorrentes foram devidamente ouvidos sobre o relatório preliminar e a decisão de adjudicação; e que os concorrentes preteridos foram notificados nos termos legais sobre a decisão de adjudicação	
			Celebração e execução do contrato	- Participação dos mesmos intervenientes na negociação e redacção dos contratos	Muito Frequente	- Implementação da segregação de funções	
				- Inexistência de declarações, nos casos em que a negociação/redacção dos contratos é confiada a gabinetes externos especializados, em que estes comprovem que não têm quaisquer relações profissionais com as entidades adjudicatárias ou empresas do mesmo consórcio ou grupo económico	Inexistente	- Exigência aos gabinetes especializados externos que participem na redacção e/ou negociação dos contratos que declarem, por escrito que eles (ou as sociedades a que pertencem), não têm quaisquer interesses ou relações profissionais com as adjudicatárias ou empresas do mesmo consórcio ou grupo económico	
				- Inexistência de comprovação de que a responsabilidade profissional está devidamente coberta por seguro profissional, nos casos em que a negociação/redacção dos contratos é confiada a gabinetes externos especializados	Frequente	- Exigência aos gabinetes especializados externos que participem na redacção e/ou negociação dos contratos que comprovem que a sua responsabilidade profissional está devidamente coberta por seguro profissional	



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
				- Inexistência de correspondência entre as cláusulas contratuais e as estabelecidas nas peças do respectivo concurso	Inexistente	- Implementação de um sistema de controlo interno que garanta: a) Que as cláusulas contratuais são legais; b) Que existe uma correspondência entre as cláusulas contratuais e o estabelecido nas peças do respectivo concurso	Presidente; Lucinda Simões
				- Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	Inexistente	- Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução	
				- Fundamentação insuficiente ou incorrecta, no caso das aquisições de serviços, de que os “serviços a mais” resultam de uma “circunstância imprevista”	Inexistente	- No caso das aquisições de serviços, e caso existam “serviços a mais” efectuar a verificação da condição dos serviços a mais ser justificada pela ocorrência de uma “circunstância imprevista”	
				- Inexistência de controlo relativamente à execução do contrato de aquisições de bens tendo-se em conta que o prazo de vigência acrescido de eventuais prorrogações não ultrapassa o limite legal estabelecido	Frequente	- Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que no caso da aquisição de bens, o prazo estabelecido para a vigência do contrato (incluindo as suas eventuais prorrogações) não excede os 3 anos, salvo nas situações legalmente previstas	
				- Não verificação da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Inexistente	- Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços	



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
				- Não acompanhamento e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato	Inexistente	- Implementação de normas internas que permitam a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos	Presidente; Lucinda Simões
				- Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Inexistente	- Implementação de normas internas que garantam o controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados	
				- Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	Frequente	- Calendarização sistemática dos trabalhos/serviços/fornecimentos	
				- Inexistência de advertências logo que são detectadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Pouco Frequente	- Envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviços, logo que se detectem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais	
				- Inexistência de inspecção ou de acto que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento	Inexistente	- Efectuar actos prévios de inspecção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos	
				- Inexistência de medição dos trabalhos e serviços prestados	Pouco Frequente	- Efectuar a medição dos trabalhos e ou serviços prestados, relativamente à emissão da ordem de pagamento	
				- Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efectuada somente por um funcionário	Frequente	- Exigência da presença de dois funcionários, de forma rotativa, na inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos;	
				- Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Inexistente	- Segregação de funções	



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
				- Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos funcionários	Inexistente	- Segregação de funções	Presidente; Lucinda Simões
				- Existência de favoritismo injustificado	Inexistente	- Obtenção de declarações de interesses privados dos funcionários	
				- Não existência de uma avaliação “à posteriori” do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empregados	Pouco Frequente	- Avaliação “à posteriori” do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empregados	
				- Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Frequente	- Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades; e Publicitação dos documentos com os resultados das análises levadas a efeito	
DCTD - Divisão de Cultura, Turismo e Desporto		Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população proporcionando aos cidadãos actividades de âmbito cultural, não apenas na	- Efectuar o levantamento e estudo da situação cultural do Concelho, nomeadamente sobre a actividade e organização das diversas instituições que desenvolvem actividades na área da cultura, com vista a propor e implementar programas de	- Inexistência de declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de concessão de benefícios;	Frequente	- Obtenção de declarações de interesses privados dos funcionários.	Presidente e Vereadora M.ª João Gomez, nas áreas atribuídas, respectivamente
				- Inexistência de um processo, cronologicamente organizado, que identifique os intervenientes na concessão de benefícios, que nele praticaram actos;	Frequente	- Uniformização e consolidação da informação relativa a todas as pessoas e a todas as entidades beneficiárias	
				- Existência de situações em que os beneficiários não juntam todos os documentos necessários à instrução do processo;	Pouco Frequente		



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
		visão da satisfação das necessidades de ocupação dos tempos livres, mas sobretudo na vertente da formação cultural e identitária do indivíduo. - Apoiar a valorização, preservação, divulgação e transmissão do património local.	desenvolvimento cultural; - Propor e executar programação cultural que promova o acesso das populações à fruição cultural; - Apoiar colectividades, associações, comissões, unidades de produção e grupos artísticos e culturais, bem como projectos de animação cultural, estimulando o movimento associativo; - Apoiar e incentivar as formas tradicionais de expressão das culturas populares; - Fomentar a utilização pública das instalações de carácter cultural existentes, preconizada nos protocolos assinados com colectividades, associações e outras organizações;	<p>- Não verificação, na instrução do processo de concessão de benefícios, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício;</p> <p>Deficiente planeamento dos procedimentos de contratação de espectáculos, obstando a que sejam assegurados prazos razoáveis, facto que pode traduzir situações de se tornar pública uma actividade cujo procedimento contratual não está concluído.</p> <p>Atendendo às especificações do tipo de contratações (espectáculos) é frequente o recurso ao ajuste directo.</p> <p>Carácter subjectivo dos critérios de avaliação das propostas de espectáculos, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis.</p> <p>Possível existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos, quer na contratação de espectáculos, quer na atribuição de subsídios a entidades.</p> <p>Possível existência de favoritismo injustificado, quer na contratação de espectáculos (opção por uma determinada empresa), quer na atribuição de subsídios a entidades.</p> <p>Possível existência de situações de conluio entre os concorrentes ou de eventual corrupção dos funcionários.</p>	<p>Pouco Frequente</p> <p>Frequente</p> <p>Frequente</p> <p>Frequente</p> <p>Inexistente</p> <p>Inexistente</p> <p>Inexistente</p>	<p>- Implementação de sistema de gestão documental que evidencie que o beneficiário cumpre todas as normas legais aplicáveis</p> <p>Adopção de um Planeamento atempado dos espectáculos;</p> <p>- Segregação de funções entre os funcionários, embora se permita que a mesma tarefa possa ser executada por todos.</p> <p>- Obtenção de declarações de interesses privados dos funcionários.</p>	<p>Presidente e Vereadora M.^a João Gomez, nas áreas atribuídas, respectivamente</p>



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
			<p>- Gerir os equipamentos culturais municipais, bem como os recursos humanos e património a estes afectos e elaborar relatórios do funcionamento dos mesmos;</p> <p>- Elaborar a agenda cultural do Concelho;</p> <p>- Colaborar com os serviços municipais, organizando os apoios a prestar a feiras, festas tradicionais e a outras realizações;</p> <p>- Estudar, inventariar, divulgar e promover a preservação do património histórico, arquitectónico e artístico do município de Abrantes;</p> <p>- Divulgar os estudos e levantamentos efectuados, através de publicações e da realização de exposições sobre o património de Abrantes;</p> <p>- Organizar e realizar exposições, de</p>	<p>Não publicitação regular dos apoios atribuídos</p> <p>Não verificação “in situ” da aplicação dos benefícios públicos concedidos</p> <p>Inexistência ou Desadequação de Regulamentos que defina as normas de utilização de equipamentos municipais</p>	<p>Inexistente</p> <p>Pouco Frequente</p> <p>Frequente</p>	<p>Publicitação no site do Município em imediato à Deliberação dos apoios concedidos.</p> <p>Realização de visitas regulares às associações para verificação das actividades realizadas e dos compromissos assumidos.</p> <p>Aprovação e actualização de Regulamento para as cedências de equipamentos municipais</p>	<p>Presidente e Vereadora M.ª João Gomez, nas áreas atribuídas, respectivamente</p>



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
			<p>carácter temporário, incidindo sobre temáticas diversificadas dentro das Artes Plásticas, quer na perspectiva do património histórico, quer na óptica da nossa contemporaneidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gerir os espaços museológicos e patrimoniais a seu cargo apresentando projectos de dinamização cultural para os mesmos; - Zelar pela conservação e segurança das peças museológicas. 				
DEDS - Divisão de Educação e Desenvolvimento Social		- Contribuir para a qualidade de vida da população executando políticas de estímulo ao trabalho em rede, cooperação e	<ul style="list-style-type: none"> - Atribuição de Subsídios Escolares - Bolsas de estudo para alunos do Ensino Superior - Atribuição de Habitação Social; - Avaliação para atribuição de prestações sociais; - Dinamizar a Rede 	Desenvolvimento Social		Desenvolvimento Social	
				- Interpretações subjectivas na avaliação dos processos;	Pouco Frequente	- Avaliação e actualização de regulamentos;	Presidente
				- Atribuição indevida de apoios sociais;	Inexistente	- Recolha e actualização de informação dos beneficiários - Manutenção de base de dados de situações dos beneficiários;	
- Inexistência de Regulamento Municipal para a atribuição de habitação social	Inexistente	- Elaboração de um Regulamento Municipal sobre a atribuição de habitação social;					



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
		parceria; - Adequar os recursos disponíveis às necessidades da população;	Social - Apoiar a actividade das IPSS do concelho; - Avaliar e acompanhar situações de crianças e jovens em perigo no âmbito da CPCJ; - Desenvolver parcerias para a implementação de projectos de intervenção social;				Presidente
		- Colaborar para a		Educação e Ensino		Educação e Ensino	



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
		formação de cidadãos mais capazes, intervenientes e competentes, apostando numa educação de excelência.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover pela gestão de Recursos Humanos afectos aos estabelecimentos de ensino - Promover pelo fornecimento de Refeições escolares; - Promover as aulas de Actividades de Enriquecimento Curricular; - Promover pelos Transportes Escolares. - Controlo e gestão dos serviços prestados à comunidade - Apoio à concretização dos projectos educativos 	<ul style="list-style-type: none"> - Violação dos princípios gerais da contratação; - Possibilidade de incorrecta avaliação dos documentos constantes dos processos de candidatura; - Subjectividade no Caderno de Encargos. - Possíveis desvios/irregularidades na execução da prestação de serviços. 	Pouco Frequente	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de critérios mais precisos e explícitos, com menor possibilidade de discricionariedade; - Reforço da informação e aperfeiçoamento técnico, na elaboração e análise dos documentos, por parte do Técnicos; - Inquéritos periódicos dirigidos à comunidade escolar; - Reuniões periódicas de avaliação com todos os responsáveis no processo; - Utilização de mapas de registo mensal. 	Presidente e Vereadora M. ^a João Gomez, nas áreas atribuídas, respectivamente
DT – Departamento Técnico	DOM- Divisão de Obras Municipais			AA – Apoio Administrativo		AA – Apoio Administrativo	
		- Assegurar o correcto procedimento de concursos, contratação, a gestão, fiscalização e coordenação de segurança das obras públicas de âmbito	<ul style="list-style-type: none"> - Executar tarefas administrativas necessárias à divisão; - Assegurar o arquivo dos processos; - Elaborar documentos, processamento de texto. 	- Ausência de informação procedimental sistematizada de forma clara e disponível	Frequente	- Discriminar procedimentos e tarefas com normas bem definidas, identificando os respectivos responsáveis	Vereador Luís Pires; Vereador Hugo Santarém; Lurdes Sousa;
				SOIE – Sector Obras Infraestruturas e Equipamentos		SOIE – Sector Obras Infraestruturas e Equipamentos	
			- Análise Projectos	- Inexistência de um sistema estruturado de	Frequente	- Implementação de sistema estruturado	Lurdes Sousa



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
		municipal. Centralizar a sua actuação no aumento de produtividade dos serviços através do cumprimento rigoroso pelas normas em vigor e necessária celeridade, objectividade e transparência resultante da simplificação e definição clara de procedimentos e responsabilidades garantindo a melhoria e inovação constante dos processos que suportam a sua actividade	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração Caderno de Encargos e Programa de Procedimentos e especificações técnicas para adjudicação ao exterior de Estudos, Projectos e Empreitadas. - Participação em júris de concursos - Fiscalização de obras municipais. - Participação em vistorias 	<ul style="list-style-type: none"> avaliação de necessidades; - Inexistência de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos. - Inspeção e /ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos e de medição dos trabalhos de obra, efectuada somente por um funcionário - Não existência de uma avaliação “à posteriori” do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/ empreiteiros 	<ul style="list-style-type: none"> Frequente Frequente Muito Frequente 	<ul style="list-style-type: none"> de avaliação das necessidades - Implementação de um sistema de controlo interno, que garanta o cumprimento das exigências legais no âmbito dos procedimentos pré-contratuais - Exigência da presença de dois funcionários na inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos assim como da medição dos trabalhos em obra - Avaliação “à posteriori” do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/ empreiteiros 	<ul style="list-style-type: none"> Vereador Luís Pires; Lurdes Sousa
				SEOV – Sector de Estaleiros, Oficinas e Viaturas		SEOV – Sector de Estaleiros, Oficinas e Viaturas	
			<ul style="list-style-type: none"> - Executar trabalhos de reparação, conservação e manutenção de viaturas e máquinas municipais. - Acompanhar/ controlar a execução de trabalhos oficinais de viaturas encomendadas ao exterior. 	Ausência de informação procedimental sistematizada de forma clara e disponível	Frequente	Discriminar procedimentos e tarefas com normas bem definidas, identificando os respectivos responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> Vereador Luís Pires; Lurdes Sousa



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
			SCM – Sector de Conservação e Manutenção			SCM – Sector de Conservação e Manutenção	
			<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar as obras de conservação, reparação e manutenção dos edifícios, e das redes de infraestruturas municipais - Registrar custos dos trabalhos executados e efectuar a requisição dos materiais e demais meios a serem aplicados na execução de obras por administração directa 	Ausência de informação procedimental sistematizada de forma clara e disponível	Muito frequente	Discriminar procedimentos e tarefas com normas bem definidas, identificando os respectivos responsáveis	Vereador Luís Pires; Lurdes Sousa
			SAS – Sector de Águas e Saneamento			SAS – Sector de Águas e Saneamento	
			- ÁGUAS (em Regime de Concessão) – Fiscalização	- Inexistência de um sistema estruturado de avaliação de necessidades.	Frequente	- Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades	Vereador Hugo Santarém; Lurdes Sousa
		- Não acompanhamento e avaliação regulares do desempenho do contratante.		Frequente	- Implementação de normas internas que definam o nível de quantidade ou qualidade da fiscalização do desempenho do contratante.		
		- SANEAMENTO: Reparação, manutenção e conservação e limpeza das redes	- Inexistência de um sistema estruturado de avaliação de necessidades.	Frequente	- Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades		
			- Ausência de informação procedimental sistematizada de forma clara e disponível	Frequente	Discriminar procedimentos e tarefas com normas bem definidas, identificando os respectivos responsáveis		



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
DT - Departamento Técnico	DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos	Prestar apoio técnico e administrativo às actividades desenvolvidas pelo Município na defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida do respectivo agregado populacional	Emissão de Pareceres Técnicos (Ambiente); - Análise de Reclamações; - Monitorização e Fiscalização Ambiental da Área do Concelho; - Monitorização e Controlo da Limpeza Urbana e Recolha de RSU; - Gestão da Rede de Recolha Selectiva do Concelho; - Execução e Manutenção de Jardins e Espaços Verdes; - Execução de Planos de Emergência de Protecção Civil (Gerais e Sectoriais); - Actuação, na Área da Protecção Civil, em caso de Sinistros e Catástrofes.	- Aquisição de bens e serviços	Muito Frequente	- Toda e qualquer aquisição de bens e/ou serviços ser definida pelo Serviço de Aprovisionamento	Presidente; Vereador Hugo Santarém;
				- Beneficiação de determinados locais em detrimento de outros (recolha de RSU e Selectiva)	Frequente	- Elaborar documento orientador que defina regras de colocação de equipamentos (por exemplo por número de habitantes)	
				- Participação em Júri de Contratação de Pessoal	Frequente	- Definir critérios objectivos de contratação. Sempre que possível as decisões devem ser tomadas com base técnica credível.	
				- Favorecimento de Entidades com quem existam contratos de prestação de serviços, que sejam geridos pela Divisão	Frequente	- Promover a fiscalização pontual dos Contratos, por entidade externa (Recorrer a auditoria externa)	
				- Omitir a existência de ilegalidades ambientais	Frequente	- Promover um maior cruzamento de informações entre várias entidades (ICNB, Autarquia, GNR-SEPNA, IGAOT, etc.)	
				- Inexistência de declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de concessão de benefícios;	Pouco Frequente	- Obtenção de declarações de interesses privados dos funcionários.	
				- Inexistência de um processo, cronologicamente organizado, que identifique os intervenientes na concessão de benefícios, que nele praticaram actos;	Pouco Frequente	- Uniformização e consolidação da informação relativa a todas as pessoas e a todas as entidades beneficiárias	
				- Existência de situações em que os beneficiários não juntam todos os documentos necessários à instrução do processo;	Pouco Frequente		



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
				- Não verificação, na instrução do processo de concessão de benefícios, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício;	Pouco Frequente	- Implementação de sistema de gestão documental que evidencie que o beneficiário cumpre todas as normas legais aplicáveis	Presidente
				Complexo do Alviela		Complexo do Alviela	
		- Assegurar a gestão de: Praia Fluvial dos Olhos de Água, Parque de Campismo de Olhos de Água, Centro Ciência Viva Alviela, bem como todo o património natural envolvente da “ressurgência” da Ribeira dos Amiais	- Elaborar e fazer aprovar regulamentos de funcionamento e utilização para a praia fluvial, parque de campismo e Centro Ciência Viva do Alviela; - Fiscalizar as condições de funcionamento e utilização do Complexo, fazendo cumprir as leis, regulamentos, deliberações e decisões dos órgãos camarários competentes; - Velar pela segurança de pessoas e bens que utilizam o Complexo;	- Procedimentos de aquisição de bens e serviços	Frequente	- Planeamento das aquisições; Sistematização de procedimentos -tipo a adoptar; Implementação de sistema de controlo interno; Identificação de responsáveis nos processos.	Presidente
				- Gestão de Protocolos e Contratos	Pouco frequente	- Sistematização de mecanismos de controlo interno; Acompanhamento e verificação do cumprimento das cláusulas estabelecidas em Protocolo/Contrato; Identificação dos intervenientes e responsáveis no processo.	
				- Inadequação dos Regulamentos actualmente existentes, face à indefinição de regras de utilização de determinados espaços	Frequente	- Revisão e actualização dos Regulamentos; Sistematização dos processos de tomada de decisão e definição dos diferentes intervenientes.	
				- Participação em procedimentos de contratação de recursos humanos	Frequente	- Utilização de critérios objectivos de recrutamento, selecção e avaliação das candidaturas.	



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
			<ul style="list-style-type: none"> - Inventariar, divulgar e promover as potencialidades turísticas, recreativas, culturais e educacionais do Complexo; - Promover ações/cursos de sensibilização e divulgação ambiental; - Planear no Complexo, festas e outros eventos, na área de educação e informação ambiental; - Coligir e organizar documentação para divulgação do Complexo na imprensa, órgãos de informação e Internet; - Assegurar uma estreita articulação entre o Município e os utilizadores do Complexo, com vista à permanente adequação dos serviços às necessidades da população utilizadora; - Manter em condições de operacionalidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Inadequação do sistema de controlo de bilheteira e reservas - Inoperacionalidade do sistema remoto de emissão de Guias de Receita - Deficiente sistema de processamento de venda de bens (loja) - Dificuldade no controlo sobre a execução orçamental por deficiência das aplicações informáticas 	<ul style="list-style-type: none"> Muito frequente Muito frequente Frequente Frequente 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de sistema adequado para gestão de reservas, marcações e entradas; Instalação de controlador de acesso para monitorização e contabilização automática de entradas. - Informatização integrada dos procedimentos de controlo interno e contabilidade. - Implementação de sistema informatizado de processamento e controlo de vendas; Implementação de sistema de controlo de stock. - Informatização integrada dos procedimentos de controlo interno e contabilidade. 	<p>Presidente</p>



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
			todo o material e equipamento adstritos ao Complexo.				
Departamento Técnico	DAU – Divisão de Administração Urbanística			SOPGU - Sector de Obras Particulares e Gestão Urbanística		SOPGU - Sector de Obras Particulares e Gestão Urbanística	
		Assegurar o licenciamento das obras particulares no cumprimento da legislação em vigor	-Informar os processos de licenciamento de obras particulares e de loteamentos urbanos, bem como aqueles que, por disposição expressa e específica, se remete para o regime jurídico da urbanização e da edificação; - Assegurar, em colaboração com o Gabinete da Fiscalização e Orçamentos, a realização das vistorias necessárias à obtenção de licenças, de habitação e ocupação, bem como para a instituição do regime da propriedade horizontal e ainda às reclamações referentes	- Ausência de planos de ordenamento adequados e regulamentação municipais e outras normas e procedimentos conexos - Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos de autorização e licenciamento de operações urbanísticas - Falta de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática de determinado (s) técnico(s) ou dirigente em processos da mesma natureza - Tempo de decisão - Ausência de informação procedimental sistematizada de forma clara e disponível -A ausência de informação ou uma deficiente identificação das várias fases procedimentais, dos técnicos intervenientes ou responsáveis pelas mesmas, bem como a ausência ou uma deficiente discriminação das correspondentes tarefas de	Frequente Pouco Frequente Inexistente Pouco frequente Inexistente Inexistente	- Elaboração, de Regulamentos Municipais de apoio à decisão - Elaboração de Plano de Urbanização e de Pormenor - Criação de mecanismos de controlo acrescido do exercício de funções privadas, por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos - Implementação de medidas de organização do trabalho, nas unidades orgânicas, por forma a assegurar a rotatividade e variabilidade, por parte dos técnicos, no exercício das suas funções - Informatização dos procedimentos por forma a não permitir que a hierarquia temporal da entrada dos procedimentos possa ser modificada Criação de um sistema, na aplicação informática, de justificação e alerta obrigatórios relativamente ao não cumprimento de prazos no âmbito dos procedimentos de licenciamento ou	Presidente; Lurdes Sousa; Sérgio Simões



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
			às más condições de habitabilidade, e classificações de estabelecimentos hoteleiros e similares de acordo com a legislação e regulamentação em vigor; - Promover o licenciamento de áreas de serviço a instalar na rede viária municipal	execução		autorização de operações urbanísticas.	Presidente; Lurdes Sousa; Sérgio Simões
				Insuficiente fiscalização municipal (um único fiscal)	Muito Frequente	- Segregação e rotatividade de funções relativas à apreciação dos processos de obras, sua fiscalização, e participação na eventual instrução de procedimentos contraordenacionais; - Disponibilização, através das novas tecnologias de informação, de toda a informação de carácter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos.	
				SPU – Sector de Planeamento Urbanístico		SPU – Sector de Planeamento Urbanístico	
		Assegurar a gestão urbanística do território de acordo com os planos de ordenamento em vigor	- Assegurar a gestão urbanística e territorial do concelho, de acordo com o Plano Director Municipal, demais planos municipais e em conformidade com as deliberações da Câmara Municipal; - Promover a execução dos planos de pormenor das áreas abrangidas pelos planos de urbanização;	- Ausência de planos de ordenamento adequados e regulamentação municipais e outras normas e procedimentos conexos	Muito Frequente	- Elaboração e actualização de instrumentos de planeamento urbanístico; - Elaboração, de Regulamentos Municipais de apoio à decisão; - Elaboração de Plano de Urbanização e de Pormenor.	Presidente; Lurdes Sousa; Sérgio Simões
				- Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos de autorização e licenciamento de operações urbanísticas	Pouco frequente	- Criação de mecanismos de controlo acrescido do exercício de funções privadas, por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos	
				- Falta de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática de determinado (s) técnico(s) ou dirigente em processos da mesma natureza	Pouco frequente	- Implementação de medidas de organização do trabalho, nas unidades orgânicas, por forma a assegurar a rotatividade e variabilidade, por parte dos	



Unidade Orgânica	Sub - unidade Orgânica	Missão	Principais Actividades	Áreas de potencial existência de riscos embora não identificados	Frequência do risco (Muito frequente; Frequente; Pouco Frequente; Inexistente)	Medidas Propostas	Identificação dos responsáveis
						técnicos, no exercício das suas funções	Presidente; Lurdes Sousa; Sérgio Simões
				- Ausência de informação procedimental sistematizada de forma clara e disponível	Frequente	- Informatização dos procedimentos por forma a não permitir que a hierarquia temporal da entrada dos procedimentos possa ser modificada	
				- A ausência de informação ou uma deficiente identificação das várias fases procedimentais, dos técnicos intervenientes ou responsáveis pelas mesmas, bem como a ausência ou uma deficiente discriminação das correspondentes tarefas de execução	Frequente	- Criação de um sistema, na aplicação informática, de justificação e alerta obrigatórios relativamente ao não cumprimento de prazos no âmbito dos procedimentos de licenciamento ou autorização de operações urbanísticas.	
						- Segregação e rotatividade de funções relativas à apreciação dos processos de obras, sua fiscalização, e participação na eventual instrução de procedimentos contraordenacionais; - Disponibilização, através das novas tecnologias de informação, de toda a informação de carácter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos.	